

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CHANCELER IMPERIAL,

Id maxime quemque decet, quod est cuiusque suum maxime.

Há dois anos tive a honra de poder ocupar a direção do Ministério da Justiça, a convite do próprio Imperador. Nesta ocasião, eu havia acabado de naturalizar-me karno-rutêno, com o declarado propósito de seguir a carreira da magistratura e servir ao Império enquanto juiz. Por esta razão, tive ainda a outra honra de ser confiado para ocupar o posto de Palatino da Corte de Justiça, presidindo a Suprema Corte Imperial.

A judicatura é o exercício que realiza meus interesses pessoais e cívicos. O estudo, aplicação e, agora, a determinação do direito são os valores pelo qual busco orientar minha vida. O direito não é dito apenas pelo Judiciário: hoje é inegável que todo o Poder Político, incluindo o Legislativo e Executivo, exercem em alguma medida a jurisdição. No entanto, é também inegável que por excelência é no Judiciário, e não em outra parte do Estado, que esta função é exercida enquanto fim e enquanto decisão última. Por sua própria natureza, vinculam-se os juízes à Lei e à Equidade, à Justiça e ao Estado, mais do que às paixões do momento, os anseios políticos – por mais legítimos que sejam – que inflamem os ânimos representativos dos contextos passageiros. É verdade que o Judiciário possui um déficit democrático: mas é precisamente este déficit que garante o equilíbrio e a ordem do qual o Estado depende.

Senhor Chanceler Imperial, cada função do Governo possui uma natureza única e uma importância também única. Aplicar a descrição que fiz acima ao Executivo, Legislativo ou Moderador os desfigurariam. Não pretendo, com isso, desmerecê-los. Pretendo apenas delinear os limites de cada um, para esclarecer que é dentro dos limites do Judiciário, e não de qualquer outro, que eu realmente me sinto realizado e feliz.

Apesar de isso sempre ter sido uma certeza para mim, aceitei o convite do Imperador para ser Ministro da Justiça, porquanto ele explicou a urgente necessidade de se haver alguém neste Ministério. Mesmo não sendo o ideal, aceitei por amizade a Sua Majestade, e por senso de dever ao Império. Enquanto ambos Ministro e Juiz, eu dei início ao projeto que tive desde o início: reformar a legislação nacional. Tivemos resultados, mas ainda há muito o que ser feito.

Com a promulgação destas novas leis, em especial a Constituição Imperial, um ordenamento jurídico moderno e eficaz começou a tutelar as relações sociais no Império. O sistema não admite, por isso mesmo, contradições como a cumulação de cargos que possam ferir a democracia e o Estado de Direito. Apesar disso, em consideração ao contexto micronacional que estamos, vi-me forçado a editar normas transitórias na

própria Constituição que autorizam a cumulação de alguns cargos até o momento do encontro de mais pessoas interessadas.

Uma destas cumulações é o de Ministro da Justiça e Juiz da Suprema Corte. Estas duas funções, por sua natureza, não podem admitir comunhão de pessoas: o Ministro da Justiça exerce interesses de justiça no Executivo; os juizes, no Judiciário. O Judiciário tem como uma das principais funções julgar e controlar o próprio Executivo. É um contrassenso o Ministro da Justiça sentar-se na cadeira da Suprema Corte Imperial. Mais que isso: é um atentado à segurança jurídica.

Nos limites de minha capacidade, exerci este “contrassenso” confiante de que eu saberia separar ambas as funções, e de que eu jamais seria capaz de atentar contra aquele valor que me é mais especial: a justiça e o direito. Porém, sempre tive para mim que isso era temporário. Isso deve ser temporário.

Com a promulgação do novo Código Eleitoral, a Justiça Eleitoral ficou composta de dois órgãos: o Ministério da Justiça e a Suprema Corte Imperial. Cada qual com funções distintas e participações distintas no processo eleitoral, conforme o código regula em detalhes. Esta divisão da Justiça Eleitoral se dá num plano sistemático de garantir a legitimidade e a equidade das eleições: com esta divisão, ninguém tem poderes absolutos para determinar quem será eleito e para engendrar fraudes. Nem mesmo o Imperador.

E, no entanto, aqui estou eu exercendo ambas as funções de Ministro da Justiça e Palatino da Corte de Justiça. É chegado o momento de encerrar isso.

Senhor Chanceler Imperial, comprometi-me com o Império e com o Imperador a entregar um processo eleitoral justo, claro, e estritamente conforme a lei. Comprometi-me a conduzir as atividades do Ministério da Justiça até o momento em que isso fosse necessário. Sinto-me, agora, na ciência de ter alcançado estes dois objetivos, na obrigação de despedir-me do Gabinete de Governo.

O processo eleitoral está aberto. Mantereí, como sempre foi meu objetivo, minha carreira na Suprema Corte Imperial. Mantereí, ainda, meu projeto de renovação nacional: o próximo passo é a redação de um Código Penal moderno e atualizado para nossa micronação. No entanto, abandonarei o Governo de Sua Majestade. Senhor Chanceler, ofereço nesta carta minha demissão formal.

Retiro-me do Ministério sem mágoas ou arrependimentos alguns. A demissão não é motivada por nenhum sentimento negativo: como eu expliquei acima, apenas chegou o

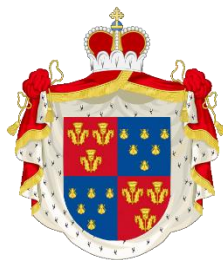
momento certo de fazê-lo. Reitero ainda que ofereço esta demissão em uma carta pública porque sinto-me no dever de explicar a todos meus concidadãos as razões que me levam a tal. Jamais desejaria passar a imagem de que o Gabinete de Governo está em crise.

Todavia, como eu jamais poderia deixar de fazer diferente, não deixo o Ministério da Justiça para abandoná-lo à própria sorte, para que fique inocupado e prejudique os interesses micronacionais. Tomo esta decisão agora após ter-me convencido de que encontrei alguém perfeitamente apto a assumir minhas funções no Gabinete, alguém de extrema confiança, grande conhecimento jurídico, e de caráter indubitável. O que falo não é apenas minha opinião: o senhor pode conferir por si mesmo, na leitura dos autos da Ação Civil Privada nº 0000003.2019.1-SC.400, em que esta pessoa figurou como Juiz Sumário. Refiro-me ao Sr. Johannis Sauerbronn.

Portanto, deixo minha pública indicação a este cidadão para que o senhor o nomeie como próximo Ministro da Justiça, ciente de que desconheço qualquer nome melhor a ocupar o cargo.

Por fim, deixo meus sinceros agradecimentos por ter podido, por dois anos, integrar o Gabinete de Governo e servir ao Império e ao Imperador. Espero poder continuar honrando de igual forma a confiança pública depositada em mim no exercício de meu ofício de Palatino da Corte e Justiça.

Wilhelm von und zu Hochbach-Kundarheim



Príncipe von und zu Hochbach-Kundarheim

Margrave de Hochbach